

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.387.896 - SP
(2018/0281868-9)**

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
EMBARGANTE : MONACO INCORPORACAO LTDA
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO CAVALLINI ANDRADE - SP116594
EMBARGADO : ELISETTE DE BARROS
ADVOGADOS : MARCELO HERNANDO ARTUNI - SP297319
BARBARA DE FARIAS - SP395839

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO NA ÉGIDE DO NCPC**. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC. OMISSÃO NÃO VERIFICADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

DECISÃO

ELISETTE DE BARROS (ELISETTE) ajuizou ação de cobrança cumulada com nulidade de cláusulas contratuais e indenização por danos morais contra MÔNACO INCORPORAÇÃO S.A. (MÔNACO), alegando que em decorrência de grave situação financeira, denunciou o contrato de promessa de compra e venda, recebendo tão somente a quantia de R\$ 36.298,60, sendo retida mais da metade do valor pago até então, ou seja, R\$ 46.342,59.

O Juízo de primeira instância julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial para condenar a ré à devolução de 30% do valor pago, descontado o valor já devolvido pela ré, como medida de reequilíbrio da penalidade contratual prevista na cláusula décima do instrumento contratual (e-STJ, fls. 250/257).

Inconformada, MÔNACO e ELISETTE interpuseram recursos de apelação, tendo o Tribunal de Justiça de São Paulo negado provimento ao apelo da requerida e dado parcial provimento ao apelo da autora, nos termos do acórdão assim ementado:

Apelação Cível - Compra e venda de imóvel - Desistência do comprador - Rescisão contratual - Retenção de 10% do valor pago que se mostra adequada para o ressarcimento das despesas operacionais da venda.

Apelação Cível - Honorários advocatícios contratuais - Restituição devida - Princípio da restituição integral.

Apelação Cível - Indenização por danos morais - Descabimento - Ausência de ofensa aos direitos de personalidade ou à honra da

autora. Recurso da requerida desprovido. Recurso da requerente parcialmente provido. (e-STJ, fl. 321)

Os embargos de declaração opostos por MÔNACO foram rejeitados (e-STJ, fls. 330/333).

Irresignada, MÔNACO interpôs recurso especial, com base no art. 105, III, *a e c*, da CF, sustentando, em síntese, dissídio jurisprudencial e violação dos arts. 107, 110, 304, 319, 320, 394, 397, 405, 427 do CC e 1º da Lei nº 6.889/81 porque (1) a partir da rescisão do contrato e da quitação das obrigações de ambas as partes, não poderia o acórdão criar nova obrigação para a recorrente, mandando repetir valor adicional; (2) a correção monetária deveria incidir a partir do ajuizamento da ação, e não dos eventos de desembolso; e (3) os juros de mora deveriam ser computados a partir do trânsito em julgado da decisão (e-STJ, fls. 336/361).

Houve contrarrazões (e-STJ, fls. 474/485).

O apelo nobre não foi admitido pelo TJSP porque (1) as razões recursais demandariam o revolvimento das provas dos autos; (2) não teria ficado demonstrado o dissídio jurisprudencial (e-STJ, fls. 488/490).

Irresignada, MÔNACO interpôs agravo em recuso especial, conhecido para não conhecer do apelo nobre, em decisão monocrática de minha relatoria, assim ementada:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE COBRANÇA CUMULADA COM NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RAZÕES RECURSAIS QUE NÃO INFIRMARAM FUNDAMENTO AUTÔNOMO E SUFICIENTE PARA MANTER O ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 283 DO STJ. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS NºS 282 E 356 O STF. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.
(e-STJ, fl. 565)

Nos presentes embargos de declaração, MÔNACO sustentou que a decisão agravada padeceria do vício de omissão porque não teria apreciado a incidência da tese firmada no julgamento do REsp 1.740.911/DF, sob o rito dos recursos repetitivos, no sentido de que *nos compromissos de compra e venda de unidades imobiliárias anteriores à Lei n. 13.786/2018, em que é pleiteada a resolução do contrato por iniciativa do promitente comprador de forma diversa da cláusula penal convencionada, os juros de mora incidem a partir do trânsito em julgado da decisão*. A respeito,

asseverou que a apreciação do termo inicial dos juros de mora independe de prequestionamento, por se tratar de matéria de ordem pública. Ademais, defendeu que teria ficado caracterizada a omissão da decisão embargada por não ter aplicado ao caso concreto o entendimento consolidado no julgamento do REsp 1.723.519/SP, sob o rito dos recursos repetitivos, e fixado a cláusula penal no padrão-base de 25% dos valores pagos pelo promitente comprador (e-STJ, fls. 571/576).

Em seguida, MÔNACO juntou aos autos a petição às e-STJ, fls. 582/596.

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

De acordo com a jurisprudência desta Corte, a contradição ou obscuridade remediáveis por embargos de declaração são aquelas internas ao julgado embargado, devidas à desarmonia entre a fundamentação e as conclusões da própria decisão.

Já a omissão que enseja o oferecimento de embargos de declaração consiste na falta de manifestação expressa sobre algum fundamento de fato ou de direito ventilado nas razões recursais e sobre o qual deveria manifestar-se o juiz ou o tribunal e que, nos termos do NCPC, é capaz, por si só, de infirmar a conclusão adotada para o julgamento do recurso (arts. 1.022 e 489, § 1º, do NCPC).

Nos presentes embargos de declaração, MÔNACO asseverou que a apreciação do termo inicial dos juros de mora independe de prequestionamento, por se tratar de matéria de ordem pública. Ademais, sustentou que a decisão agravada padeceria do vício de omissão porque não teria apreciado a incidência da tese firmada no julgamento do REsp 1.740.911/DF, sob o rito dos recursos repetitivos, no sentido de que *nos compromissos de compra e venda de unidades imobiliárias anteriores à Lei n. 13.786/2018, em que é pleiteada a resolução do contrato por iniciativa do promitente comprador de forma diversa da cláusula penal convencionada, os juros de mora incidem a partir do trânsito em julgado da decisão.*

Não obstante, o *decisum* embargado não conheceu da tese recursal sobre o termo inicial dos juros de mora, já que a matéria é estranha ao acórdão recorrido, faltando-lhe o indispensável prequestionamento, do qual não estão isentas nem mesmo as

questões de ordem pública, por força do próprio comando constitucional que prevê o recurso especial. Com efeito, não houve o enfrentamento do TJSP sobre qual seria termo inicial da incidência dos juros moratórios e, portanto, inexistente a omissão da decisão embargada quanto a este ponto.

Além disso, a embargante defendeu omissão quanto a não aplicação do entendimento consolidado no julgamento do REsp 1.723.519/SP, sob o rito dos recursos repetitivos, que assinalaria a fixação da cláusula penal no padrão-base de 25% dos valores pagos pelo promitente comprador.

Sem embargo, inexistente omissão, uma vez que o recurso especial sequer foi conhecido neste particular em virtude da MÔNACO não ter logrado êxito em infirmar os fundamentos que constituem a *ratio decidendi* do acórdão estadual, mantendo-se incólume o argumento segundo o qual o distrato contém cláusula abusiva que enseja a intervenção judicial.

Assim, em face da incidência da Súmula nº 283 do STF, não remanesce razão para a apreciação do mérito da matéria em testilha.

Nessas condições, **REJEITO** os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator